

Concepção de Estado, Educação, Escola e Hegemonia em Antonio Gramsci

João José Tomaz Aquino de Moraesⁱ 

Universidade Regional do Cariri, Campos Sales, CE, Brasil

Resumo

O presente artigo objetiva-se trazer a concepção gramsciana sobre Estado, Educação, Escola e Hegemonia, destacando a centralidade do processo educativo na disputa política e cultural pela sociedade. Esta pesquisa resultou de um estudo qualitativo de cunho bibliográfico formulando um referencial teórico marxista nos escritos de Gramsci e em autores que abordam a referida temática. Deste modo, entendemos que o Estado, é entendido em sua forma ampliada, não somente como aparato coercitivo. Neste contexto, a escola adquire papel estratégico, pois, ao articular a formação intelectual, moral e política, contribui tanto para o mantimento da ordem vigente, bem como, para a construção de alternativas contra-hegemônicas. Abordamos ainda, o princípio educativo do trabalho como fundamento de uma formação omnilateral, capaz de superar a histórica separação entre concepção e execução, teoria e prática. Assim, por meio deste estudo, podemos compreender as ideias de Antonio Gramsci sobre uma sociedade justa e emancipada tendo a educação como condicionante para um horizonte de emancipação humana.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Estado. Educação. Escola. Hegemonia.

Conception of State, Education, School, and Hegemony in Antonio Gramsci

Abstract

This article aims to present Gramsci's conception of the State, Education, School, and Hegemony, highlighting the centrality of the educational process in the political and cultural struggle for society. This research was conducted as a qualitative bibliographic study, formulating a Marxist theoretical framework based on Gramsci's writings and the works of authors who address this theme. Thus, we understand that the State is understood in its broadest sense, not only as a coercive apparatus. In this context, schools assume a strategic role, as they articulate intellectual, moral, and political education, contributing both to maintaining the existing order and building counter-hegemonic alternatives. We also address the educational principle of work as the foundation of an omnilateral education, capable of overcoming the historical separation between conception and execution, theory and practice. Thus, through this study, we can gain a deeper understanding of Antonio Gramsci's ideas about a just and emancipated society, with education as a crucial condition for a horizon of human emancipation.

Keywords: Antonio Gramsci. State. Education. School. Hegemony.

1 Introdução

2

Para Manacorda (2008), a educação em Antonio Gramsci ganha papel de destaque em suas obras, sobretudo nos “*Quaderni del cárcere*”¹, onde o autor sardo expressa sua experiência vivida e seu pensamento sobre a educação. O tema em questão, é abordado de forma ampla pelo autor, demonstrando a totalidade das práticas educativas essenciais para o convívio social, uma vez que, Gramsci não separa relações pedagógicas do método material de formação da cultura, ou seja, a educação se trata de um aparelho ideológico de hegemonia pelo Estado.

Ao fazer uma análise sobre o contexto político, teórico e prático que tem por objetivo a transformação social, Gramsci não excluiu a escola sobre o debate dos aparelhos de hegemonia política e cultural pela classe dominante, onde a mesma consegue alienar, atrair e administrar seus interesses sobre as classes subalternas.

Assim, a concepção gramsciana sobre a escola tem como objetivo uma formação político-pedagógico para a quebra do *status quo* no qual se encontra atualmente no que tange ao trabalho, a vida e às classes sociais num ambiente de criação e estruturação de locais onde a cultura é implementada pelo capitalismo com suas ideias contraditórias determinadas a partir do Estado.

Vemos em seus escritos que Antonio Gramsci define o Estado em seu conceito ampliado. Ou seja, além do Estado trabalhar como sociedade política, o mesmo atua como sociedade civil, atendendo aos interesses hegemônicos da burguesia.

Em seu contexto histórico, a burguesia atua de forma coesiva com o objetivo de tornar seus ideais como, costumes, cultura e moral implementando o senso comum no campo das ideias para criar o que podemos definir como um “conformismo social” para o seu mantimento no poder. Desta feita, através do Estado ela vai ampliando sua classe, materializando o seu projeto de sociedade não somente para si e seus aliados, mas também para classes antagônicas e acabam

¹ Os Cadernos de Cárcere desenvolvidos por Antonio Gramsci, se trata de um conjunto de 33 cadernos que o autor sardo desenvolveu enquanto estava preso pelo regime totalitário de Mussolini durante o período fascista na Itália onde abordam temas sobre Capitalismo, Estado, Educação, Cultura, dentre outros. Contudo, foram reproduzidos 29 cadernos destes.

por agir defendendo os interesses da classe dominante por meio da alienação posta pelo capital cultural burguês.

Assim, podemos compreender que a educação está introduzida no bojo das atenções na sociedade capitalista sendo um espaço de lutas e tensões, onde a classe dominante infere o senso comum como um conformador de entendimentos diante da realidade posta em detrimento do conhecimento científico – sistematização dos conhecimentos ficando a cargo do estado o estabelecimento deste modelo educacional de acordo com os objetivos e a hegemonia do capital.

Diante o exposto, este trabalho objetiva-se debater à luz das concepções gramscianas sobre o Estado, Educação e Hegemonia. O Estado é compreendido como sociedade política e sociedade civil sendo um horizonte de conquista/manutenção de poder. A educação, que é usada como um dos principais meios de reprodução da classe dominante utilizando a escola como um espaço cultural para a manutenção hegemônica, sendo assim, uma educação interessada. Ademais, a partir de uma concepção dialética ela é entendida como um aparelho de hegemonia, onde através dela podemos criar condições político/pedagógicas para uma reformulação intelectual da classe trabalhadora em busca da emancipação humana.

2 Metodologia

Este estudo resultou de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, também chama revisão de literatura. Esta, segundo Pereira *et al.* (2024), parte da análise, bem como da síntese de fontes bibliográficas relacionadas a uma temática específica; para isso baseia-se em outras publicações já existentes sobre o assunto escolhido, elucidando e/ou complementando outros estudos já produzidos.

Com isso, esta pesquisa formulou um referencial teórico marxista nos escritos de Antonio Gramsci, como os Cadernos do cárcere e seus escritos políticos, como também em autores que abordam a referida temática através de leituras em artigos, revistas, dissertações e teses. Deste modo, buscamos articular as categorias centrais do pensamento de Gramsci com a literatura especializada, em

um movimento dialógico entre teoria e prática social. O objetivo é compreender a função da escola no interior da luta pela hegemonia, ressaltando sua dimensão política e formativa.

3 A sociedade civil como espaço de hegemonia política e cultural

4

Nas primeiras décadas do século XX, vivendo no cárcere imposto pelo regime totalitário-fascista de Benito Mussolini, Gramsci passou a observar o aumento e as dificuldades das condições de superestruturas políticas das sociedades ocidentais. O autor sardo percebia que era importante investigar, modernizar e definir estratégias revolucionárias para que a classe trabalhadora tivesse condições de emancipação humana. Neste sentido, o referido autor estudou e dedicou-se para criar ideias desta revolução fazendo reflexões sobre a sociedade civil, levando em conta contextos históricos, culturais e específicos das concepções econômico-sociais do ocidente e das lutas políticas no seio da sociedade civil, com a visão de ser crucial na materialização de uma nova hegemonia.

Para Gramsci, o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e das classes subalternas está no centro de uma formação sociocultural e intelectual voltada para sua emancipação a partir da criação, bem como da apropriação de produtos e ideias desenvolvidas de forma coletiva e culturalmente. Eis que Gramsci enfatiza a ideia do *dever*:

O homem 'devém', transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o 'homem em geral': de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal [...] por isso, a natureza humana não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda a história do gênero humano (e o fato de que se adote a palavra 'gênero', de caráter naturalista, tem o seu significado), enquanto em cada indivíduo se encontram características postas em relevo pela contradição com a de outros homens" (Gramsci, 1999, v. 1, c. 7, § 35, p. 245).

Na definição de "homem", Gramsci enfatiza que ele deve ser idealizado como bloco histórico, constituído acerca de bases subjetivas de massas, individuais,

objetivos ou materiais, onde relacionam entre si. A cultura está no bojo dessa relação dialética, compreendida como uma concepção de mundo dominante em um dado contexto histórico, em outras palavras, uma organização composta de ideais, concepções e de instruções que aborda o ser humano, o mundo e a sociabilidade que demonstra um tipo de dominação intelectual e moral.

Em seu texto *Socialismo e Cultura* publicado no jornal *Il grido del popolo*, Gramsci considera que “[...] toda Revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação” (Gramsci, 2004, p. 58-59). Neste sentido, o autor afirma nesta citação que o “ambiente cultural” é materializado historicamente, através da reprodução de ideias, ideologia e visões de mundo, assim como o seguinte trecho:

As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam o caminho já preparado por um exército de livros, de opúsculos, que vinham de Paris como enxames desde a primeira metade do Século XVIII e que haviam preparado os homens e instituições para a necessária renovação (Gramsci, 2004, p. 59-60).

Ao elucidar sobre a Revolução Francesa, Gramsci está motivado em entender o que a determinou, que acontecimentos foram motivos de vir à luz a referida revolução vindo a encontrar uma resposta na formação cultural, contexto educativo e na historicidade fruto de uma “[...] consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa, sensível em todos os seus elementos às dores e às desgraças comuns e que foi a melhor preparação para a sangrenta revolta que depois teve lugar na França” (Gramsci, 2004, p. 59). Segundo Gramsci, a Revolução Francesa não teria um entendimento sem o conhecimento de condições culturais que colaborariam para criar este “estado de espírito” pronto para gatilhos em benefício de causas culturais de senso comum.

Podemos entender então que a cultura numa perspectiva gramsciana não é abordada como um saber enciclopédico, no qual o homem é tido como um depósito

para desembocar dados empíricos sobre ele, onde acumula estes saberes empíricos para sair falando a cada caso, a cada problema. Para Gramsci, isso não é cultura, é arrogância, onde há uma limitação da cultura sendo entendida somente como acúmulo de informações e dados. O autor sardo considera:

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior; e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes a própria vontade, como ocorreu na natureza vegetal e animal, onde cada ser singular seleciona e especifica seus próprios órgãos inconscientemente, pela lei fatal das coisas. O homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza (Gramsci, 2004, p. 58).

À vista disso, deriva pelo próprio entendimento de mundo, que somos seres historicamente constituídos pertencentes à um dado grupo específico de seres humanos, compartilhando de um mesmo modo de pensamento e de agir, criando ao longo do tempo, através do senso comum, o conformismo diante da realidade posta. Contudo, através da realidade e dessas relações sociais, devemos criar possibilidades para a evolução de uma consciência histórica, unitária e crítica, sendo este, trabalho é realizado através de organizações e de movimentos organizados pela sociedade civil, os quais juntam estes atos e materializam em ações e resistências livres de pensamentos da individualidade em prol do bem maior coletivo.

De primeiro momento, podemos falar que um partido político pode ser o primeiro elemento originário de uma vontade coletiva, ou seja, “[...] um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, §1, p. 16).

Entretanto, nas sociedades ocidentais contemporâneas, na qual a analogia entre forças sociais e políticas são mais complicadas, onde o Estado é tido ainda mais como contraditório, uma vez que o nível de consolidação dos processos de

sociabilização da política e do progresso de vários indivíduos e de partidos políticos não demonstra uma única vontade coletiva, onde:

Essas “vontades coletivas” são plurais e diversificadas, dado que grupos, classes e frações de classe tendem, por sua vez, a se organizarem de acordo com seus projetos, mais ou menos, corporativos e particulares, os quais tomam corpo nas intensas lutas de classes que compõem a sociedade civil. É assim que grandes sindicatos, organizações classistas, jornais de grande tiragem, fundações de cunho empresarial, organismos multilaterais, redes de institutos e universidades, círculos de cultura, igrejas e escolas se integram e participam das disputas hegemônicas (Marcassa e Pessoa, 2024, p. 8).

Este acontecimento, é fruto de um aumento e variedades de estruturas coletivas que materializaram a sociedade civil, dando espaço para Gramsci entender a presença de uma “conspiração privada” do Estado. Em um escrito sobre Hegel e o associacionismo, Gramsci elucida:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e associações como trama “privada” do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com consenso dos governados, mas com consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” esse consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (Gramsci, 2007, v. 3, c. 1, § 47, p. 121).

Ao analisar o contexto histórico de grupos sociais criados gradualmente desde a época de Marx, Gramsci relata, como a partir deste momento, foi se expandindo todo um contexto vantajoso para o desenvolvimento de uma centralização de grupos coletivos fora da restrição do Estado – inclusive, passando por meios de laicização – como forma de organizações, agrupamentos, jornalismo, figuras políticas, dentre outros com interesses individuais de cada um. Essas organizações, são denominadas por Gramsci como aparelhos “privados” de hegemonia atuam e se mobilizam para propagar, induzir e modificar o pensamento

dos indivíduos, com o objetivo de buscar apoio e a aceitação destes, onde constitui-se numa sociedade de cultura comum que garante o domínio ou a revolução.

8

Disto se deduz a importância que tem o “momento cultural” também na atividade prática (coletiva): todo o ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, ele pressupõe a obtenção de uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção do mundo (geral e particular, atuante transitoriamente – por meio da emoção – ou permanentemente, de modo que a base intelectual esteja tão radicada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão). Já que assim ocorre, revela-se a importância da questão linguística geral, isto é, da obtenção coletiva de um mesmo “clima” cultural (Gramsci, 1999, v. 1, c. 10, § 44, p. 399).

Entretanto, se levarmos em conta os aparelhos “privados” de hegemonia, como as instituições e examinando o nível de organização das classes, que propagam diversas visões de mundo tentando produzir acordos e sendo responsáveis pela política e a formação da cultura, como entender o procedimento da analogia entre forças sociais e políticas e idealizar a educação na incumbência da disputa de poder ideológica que adentra o Estado e a sociedade? Com efeito, à luz da concepção gramsciana sobre a Sociedade Civil e a hegemonia, podemos inferir que a educação é utilizada como um dos principais meios de propagação da hegemonia da classe dominante frente às classes subalternas com o objetivo de alienar as massas com uma formação reduzida a sua forma unilateral, formando apenas trabalhadores para grandes fábricas e indústrias e com isso, a continuidade de sua perpetuação no poder.

3.1 Estado e educação como construtores da hegemonia

Antes de falarmos sobre o paradigma entre Estado e Educação, se faz necessário analisarmos todo um contexto histórico nesta perspectiva. Partindo da Antiguidade Clássica, na qual se inicia a conexão da escola dos escribas e a escola do cidadão-guerreiro, caracterizando uma primeira definição de escola laica. Na Idade Média, a educação era reduzida às Classes Dominantes (Clero e Nobreza),

bem como o período Renascentista, tempo de organização de um novo tipo de escola – burguesa, onde tinham o ensejo de possibilidades para uma promoção do saber elaborado.

Posteriormente, de acordo com Manacorda (2001), somente na Revolução Industrial aparece uma nova perspectiva de estruturação de um espaço científico – neste caso a escola para a formação dos jovens numa perspectiva de organização não reduzindo-se apenas à alguns tipos de classes, mas sim, para toda sociedade civil, onde fica a cargo do Estado subsidiar o processo educativo.

O contexto de sociabilidade dos séculos XVIII e XIX, é fortemente caracterizado pela divisão do trabalho e, conseqüentemente a divisão do sistema educacional em dois tipos de escolas: escola de formação intelectual para os dominantes – burguesia e escolas de cunho profissionalizante para os dominados – classe trabalhadora. Isso, mostrava na época a realidade europeia que viria a ser objeto de estudos de Marx e Engels sobre a educação enquanto alicerce de formação humana, como também, o papel do Estado durante o processo.

De acordo com Marx (2001), o princípio fundamental, neste sentido, é possível entender a categoria histórica do trabalho que neste processo histórico a burguesia atua em constante contradição: fala-se muito de o trabalho ser uma atividade vital do ser social e, em contrapartida, o trabalho aliena o ser humano, a tal ponto que ele não se reconheça no modo de produção capitalista, totalmente reificado.

Assim, o homem faz do trabalho sua atividade vital, onde diferentemente dos outros animais, transforma a natureza posta em natureza imposta, ou seja, o homem modifica a natureza de acordo com suas necessidades. Na Sociedade Capitalista, o trabalho é de cunho político e econômico fundado por um modelo societal centrado na propriedade privada dos meios de produção.

Podemos entender então, que o Estado ao longo do tempo, desde a ascensão do capitalismo em detrimento do feudalismo, sempre atuou de forma a beneficiar a burguesia oferecendo dois tipos de educação: uma educação para a burguesia e outra para a classe trabalhadora. Onde, é de interesse burguês este tipo educacional, pois os mesmos precisam de mão de obra qualificada e barata. Já a

classe trabalhadora, sem o acesso aos conteúdos científicos se tornam órfãos de conhecimento científico, alienados e sem a perspectiva de emancipação humana. Dividindo assim, o trabalho entre manual e intelectual.

Neste sentido, configura-se o conceito de estado ampliado de Antonio Gramsci, onde além de atuar como sociedade política, atua também como sociedade civil – neste caso, em favor da hegemonia burguesa.

10

Estado e governo, uma identificação que precisamente é uma reapresentação da forma corporativo-econômica, ou seja, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, já que deve ser notado que, na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, poderia se dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia couraçada de coerção). Em uma doutrina do Estado que concebe isto como tendencialmente passível de esgotamento e de resolução na sociedade regulada. (Gramsci, 2024, p. 81).

Deste modo, a formação humana oferecida pela escola se dá em sua forma reduzida – unilateral com conhecimentos técnicos – profissionalizantes formando o homem para o trabalho manual, escravo do sistema em empresas de grande porte detentoras dos meios de produção.

Neste contexto, defendemos uma escola que ofereça uma educação que forme o indivíduo de forma omnilateral. Ou seja, além dos conhecimentos técnicos – profissionalizantes, também ter o acesso aos conhecimentos clássicos – científicos para a formação intelectual plena e assim, a emancipação humana diante da sociedade capitalista.

3.2 Escola unitária

Gramsci começou a pensar em uma proposta de educação unitária por meio da escola, a partir do momento de um problema italiano da época: uma educação fragmentada com várias escolas distribuídas pelo país com diferentes níveis de aprendizado, voltadas para um ensino técnico-profissionalizante para atender as necessidades do modo de produção capitalista. Percebe-se que este modelo escolar não possibilita o acesso ao conhecimento amplo e cultural e, assim, aumenta a

divisão entre o conhecimento da classe dominante em detrimento do conhecimento da classe trabalhadora.

A propagação de novas escolas de ensino profissionalizante juntamente com a já tradicional escola italiana contribuiu para a divisão do conhecimento reforçando o modelo social referenciado na apropriação privada da riqueza constituída de forma coletiva Gramsci (2004).

A crítica do autor sardo está ligada à reforma da educação na Itália que havia na época mediada pelo filósofo Giovanni Gentili, então ministro de Benito Mussolini. A então denominada *Reforma Gentili*, foi caracterizada pelo reforço idealista da escola dualista com o objetivo de um ensino humanista, mas para o privilégio das classes dominantes e a reestruturação da escola técnica já presente.

O ponto de vista neoidealista de Gentili aplicado à educação não era por mero acaso, haja visto que, era de interesse do grupo político de Mussolini. A referida reforma da educação, desempenhava a função de reproduzir o fascismo italiano ancorada na divisão de classes sociais por meio da escola. Deste modo, fica visível a materialização de uma cultura hegemônica ligada ao regime fascista.

A Escola Unitária que Gramsci refletiu enquanto preso no cárcere entre (1929-1935), também é uma resposta frente à Escola Nova. Num dado momento em que a Escola Tradicional já não conseguia satisfazer aos interesses do sistema capitalista, a constituição de uma educação escolanovista fomentava e direcionava no começo do século XX as reformas educacionais em países da Europa e continente americano.

Neste contexto, o movimento da Escola Nova mostrava naquele momento a disputa da luta de classes. A motivação se dava no contexto de conter a ascensão das reivindicações socialistas. O escolanovismo incluiu em sua proposta pedagógica as causas populares, mas somente como parte da crítica à Escola Tradicional. Ou seja, através da Escola Nova, a burguesia adequou e designou as demandas hegemônicas político-culturais.

Neste sentido, materializou-se uma proposta de uma escola pública, gratuita e laica ligada de forma intrínseca ao trabalho com o objetivo de satisfazer a pressão popular por uma educação democrática, porém:

Trata-se de acolher o mais avançado, sim, mas para manter o mais atrasado. Garantir a direção burguesa significa assegurar a divisão classista da sociedade impedindo que a “escola única” se concretize. Por isso, será necessário encontrar nas ciências então em desenvolvimento – fisiologia, psicologia, sociologia – elementos para “justificar” diferenciações sociais ainda reproduzidas na escola. Esse é o sentido da “revolução copernicana” do escolanovismo, expressando a hegemonia ético-política da burguesia (Soares, 2000, p. 438).

No entanto, é importante salientar que Gramsci não deixou de lado as características progressivas da Escola Nova a exemplo da escola ativa, porém, ao explicar sobre a materialização de uma educação unitária para a formação humana, acabou questionando a proposta escolanovista, pois entendia a atividade de maneira mais integral, a exemplo da mediação entre teoria e prática. Soares (2000).

Durante o desenvolvimento industrial italiano, Gramsci observou que ao ampliarem a quantidade de escolas fragmentadas, acabou por reduzir o número de escolas humanistas – desinteressadas com o objetivo de desenvolver nos indivíduos (mesmo que das classes dominantes) uma ampla variação dos conhecimentos intelectuais. O autor sardo sabia que o contexto das escolas tradicionais italianas elas eram direcionadas para as classes dirigentes formando um seletivo grupo dominante. Entretanto, este modelo educacional não deveria ser motivo para críticas pelo seu modo de ensino. O problema está no fato de que as escolas oferecidas para os filhos da classe trabalhadora eram diferentes das escolas oferecidas para os filhos da elite. O autor considera:

A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como

pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (Gramsci, 2004, p. 49).

Com o objetivo de romper com a separação histórica das escolas, Gramsci propôs um modelo educacional, onde a escola fosse unitária tendo como prioridade ofertar um ensino para os jovens que promovesse a capacidade intelectual e crítica. Assim, a:

13

[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibrasse de modo justo o desenvolvimento da capacidade de se trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (Gramsci, 2004, p. 33).

Ao ser adotada essa proposta educacional revolucionária, a escola unitária possibilitaria aos alunos o desenvolvimento do conhecimento técnico – trabalho manual e o conhecimento científico – intelectual. Neste sentido, após o aluno ter acesso ao conhecimento de formação geral humanista, o aluno poderia se aperfeiçoar numa área técnica e profissionalmente. O advento da educação unitária entende o trabalho como atividade criadora. Deste modo, Gramsci teve como objetivo constituir:

Uma escola que formasse a nova geração de produtores, isto é, uma escola que preparasse técnicos que não fossem apenas executores mecânicos, mas que dominassem a sua arte ao adquirir o saber sobre a técnica, seus limites e possibilidades (Schlesener, 2002, p. 68).

A escola unitária acarretaria aos estudantes para aumento de conhecimento e criatividade, onde os mesmos estariam capazes de entrarem com conhecimento e consciência histórico-política no trabalho e na vida social. Ao formar um novo tipo de homem, este seria caracterizado pela capacidade de realizar sua função característica, quanto seu conhecimento da estrutura histórica e social na qual está posto. Um indivíduo que ao ser especialista (seu trabalho – função produtiva na sociedade) fosse também intelectual (sua capacidade de pensar e refletir criticamente sobre a sociedade e sua estrutura). Neste sentido:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momento dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (Gramsci, 2004, p. 53).

A burguesia organiza seu sistema escolar com o objetivo de parar o desenvolvimento do especialista político na incumbência lógica referenciada acima no bojo dos grupos sociais subalternos. Deste modo, podemos ver o seu domínio hegemônico no contexto educacional para a formação do aluno da classe trabalhadora designando seu lugar na sociedade. Gramsci, vendo que os operários italianos não tinham posse do conhecimento intelectual para emancipação, dedicou-se a apontar caminhos para o processo da construção de uma nova cultura.

Desta feita, sua proposta educacional objetiva-se para a formação de novos intelectuais – dirigentes como escopo para uma materialização de sociedade contra-hegemônica, ou seja, a emancipação do proletariado frente ao sistema capitalista e por conseguinte uma nova estrutura societal (socialista).

Gramsci divide a escola unitária em dois modos: a primeira etapa seria a básica de três ou quatro anos de ensino que deveria transmitir os conhecimentos referentes à escrita, leitura, conhecimento geográficos e históricos, noções essenciais do Estado e da sociedade tendo como principal objetivo combater ideias folclóricas da sociedade Gramsci (2004). Já a segunda etapa, corresponde a outro problema exposto por Gramsci: a transição da escola média para a universitária. De acordo com Gramsci (2004), essa transição refere-se ao ensino dogmático marcado pela memorização para uma forma de ensino pautado pelo autocontrole e capacidade criativa do estudante.

Neste sentido, o referido autor infere que esta última fase de ensino da escola unitária tenha a tarefa de desenvolver a autonomia e a autodisciplina dos estudantes evidenciando uma das principais características do humanismo. Por meio disto, teríamos o desenvolvimento desses fundamentos, onde a transição

média-superior materializa-se de forma profícua, efetivando que os estudantes depois de absorver uma formação integral e desenvolver seus potenciais por meio do trabalho como princípio educativo, pudessem escolher qual área e atividades queriam desenvolver e se especializarem.

O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida devem começar nesta última fase da escola, não devendo mais ser um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática: esta fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora (Gramsci, 2004, p. 39).

Convém destacar que Gramsci, ao refletir sobre a organização escolar adequada ao período de transição socialista, identifica no princípio educativo do trabalho a possibilidade de superar a histórica fragmentação entre concepção e execução, bem como a ciência e técnica. É importante frisar que esse princípio não deve ser entendido como a simples união mecânica entre escola e trabalho manual, muito menos como trabalho próprio do capitalismo. O que se propõe é colocar o trabalho no centro do processo educativo, concebendo-o como atividade criadora, capaz de transformar tanto a natureza quanto o próprio ser humano. Assim, de acordo com Nossela (1992), a integração orgânica entre escola e trabalho situa-se no âmbito do método, fundada na compreensão de que é pela unidade entre o pensar e agir que o ser humano se forma.

4 Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procuramos evidenciar as concepções gramscianas sobre Estado, Escola, Educação e Hegemonia. Gramsci evidencia a centralidade da formação humana na construção de uma nova ordem social. O autor sardo compreende o Estado não apenas como um aparelho de coerção, mas também, como espaço de direção política e cultural, na qual há disputas e projetos hegemônicos.

À vista disso, a escola assume um papel estratégico, pois é uma das instituições responsáveis pela formação da consciência humana e pela consolidação de uma cultura capaz de sustentar transformações sociais.

A análise de Gramsci mostra que a educação, designada pelo trabalho como princípio educativo, tem por objetivo superar a fragmentação do saber entre teoria e prática, concepção e execução, promovendo ao indivíduo uma formação ampla. Essa conjuntura reforça a necessidade de compreender a escola como um local de mediação entre sociedade política e sociedade civil, uma vez que, o próprio Estado atua assim, para atender aos interesses da burguesia.

Isto posto, pensar a educação à luz dos escritos de Gramsci, significa reconhecer que o processo educativo é, em si, um processo político. A escola, quando concebida como instrumento de produção contra-hegemônica, pode possibilitar a construção de sujeitos autônomos, críticos e ativos na luta por um novo modelo societal, modelo este socialista com uma sociedade justa, democrática e igualitária.

Referências

GRAMSCI, A. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol.2, p. 15-53. 2004. Tradução de Gaetano Lo Monaco. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, ANTONIO, 1891-1937. **Cadernos do cárcere [livro eletrônico]**: caderno 6 (VIII): 1930-1932: miscelânea. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI. Antonio. **Escritos políticos (1910-1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

MANACORDA, Mario A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Campinas: Alínea, 2008.

MARCASSA, Luciana Pedrosa; PESSOA; Felipe de Marco. Escola, sociedade civil e aparelhos de hegemonia: uma contribuição gramsciana à educação. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, e0204, 2024.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

NOSELLA, P. 1992. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre, Artes Médicas, 208p.

PEREIRA, A. S. M. *et al.* Educação Indígena: o que se tem pesquisado? **Debates em Educação**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. e15850, 2024. DOI: 10.28998/2175-6600.2024v16n38pe15850. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/15850>. Acesso em: 11 out. 2025.

SCHLESENER, A.H. **Revolução e cultura em Gramsci**. Curitiba, Ed. UFPR, 207 p. 2002.

SOARES, R.D. **A concepção gramsciana do estado e o debate sobre a escola**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 488 p. 2000.

ⁱ João José Tomaz Aquino de Moraes, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6639-7767>.

Universidade Regional do Cariri-URCA

Graduando em Pedagogia Universidade Regional do Cariri - URCA. Desenvolve pesquisas nas áreas: Trabalho e Educação, Pedagogia Histórico-Crítica e Políticas Educacionais.

Contribuição de autoria: autor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2000504135439734>

E-mail: joao.aquino@urca.br

Editora responsável: Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 25 de setembro de 2025.

Aceito em 26 de outubro de 2025.

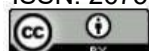
Publicado em 28 de outubro de 2025.

Como citar este artigo (ABNT):

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2025.

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

MORAIS, João José Tomaz Aquino de. Concepção de Estado, Educação, Escola e Hegemonia em Antonio Gramsci. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2025.